REVISTA FLUMINENSE DE GEOGRAFIA 1

REVISTA ELETRÔNICA DA ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS - SEÇÃO NITERÓI
ANO 1 - JAN/JUN DE 2005
ISSN 1980-9018

A Apropriação do Tema " Indicadores Sociais" pela Ciência Geográfica: uma avaliação crítica

The Apropriation of the Theme "Social Indicators" by Geographic Science: a Critical Revision

O Autor

José Carlos Milléo de Paula
Doutor em Geografia na UFF e Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Resumo
Este artigo preocupa-se em colocar em pauta uma necessária discussão sobre a apropriação de indicadores sociais como técnica de análise. Tendo em mente essa necessidade, um paralelo entre a exploração desses indicadores e sua ligação à cada momento histórico foi traçado.

Palavras-Chave
Indicadores Sociais – Técnicas de Análise – Desenvolvimento Humano

Abstract
This article aims at bringing about a necessary discussion about the appropriation of the Social Indicators as an analysis technique. Having this need in mind, a parallel between these indicators exploration and its link to each historic moment was traced.

Keywords

Introdução

De que forma a ciência geográfica pode se apropriar dos "indicadores sociais", enquanto uma técnica de análise, no sentido de contribuir mais ativamente ao debate sobre sua construção metodológica?

É óbvio que não se pretende esgotar, com este artigo, um questionamento desta envergadura. O objetivo aqui é, pelo menos inicialmente, propor algumas questões e balizamentos que, no entender do autor, devem orientar inicialmente esta discussão.

Para efeito de consecução deste artigo, o termo "indicadores sociais" será traduzido inicialmente da forma mais usual possível . Se forem tomadas as duas palavras - indicadores, aqueles que indicam, que apontam; e sociais, o que se refere aos seres humanos que compõem uma sociedade - então se tem os instrumentos que nos relatam da vida dos homens e de tudo o que lhes é relacionado. Dado o valor utilitário que este termo assume para a redação do artigo, o entendimento acima explicitado é bastante genérico e aqui, quando utilizado, não pressupõe uma diferenciação entre aspectos da vida dos homens, de seu estado e os aspectos do ambiente que o circunda, do que lhe é externo, ou da natureza como alguns poderiam preferir dizer.

É preciso levar em consideração, porém, que o artigo já se inicia de imediato advogando sua importância com base no fato de que as palavras não são as coisas e que a conceituação e definição das coisas é passível de variação, embora os termos, as palavras, possam permanecer. Assim, o termo "indicador social" assume uma utilidade instrumental, já que é preciso que se denomine de alguma forma o objeto de análise. Esta ferramenta, o indicador, contudo, passa por diversas modificações em sua tradução ao longo do tempo, na medida em que seu entendimento vai ampliando-se ou restringindo-se, revelando, portanto, que sua compreensão, sua função e seu sentido vão igualmente se modificando.

Veja-se, por exemplo, que sob o ponto de vista matemático o indicador social precisa possuir a faculdade de ser perfeitamente distinguível de qualquer outra coisa. Precisa ser rigoroso, caso contrário não pode ser quantificável. Por outra parte, e só para findar o exemplo, para a filósofa Marta Nussbaum (1993), o que distinguiria as Ciências Sociais, ao tratar este assunto, é justamente a necessidade destas utilizarem indicadores não quantificáveis. Ou seja, Nussbaum aponta para um conceito de indicador completamente diferente.

Alguns poderiam questionar a importância desta reflexão em função do fato

de que o que se busca são formas de reunir-se estes indicadores em sistemas que retratem da forma mais eficiente possível a situação de uma sociedade.

O que irá advogar-se aqui, porém, é que para a Geografia isto é não só inadiável, bem como sua negligência vem repercutindo de maneira bastante séria. Em primeiro lugar, porque o homem não é o objeto de análise com o qual nasce a ciência Geográfica. A Geografia nasce, isto sim, da discussão sobre o meio ambiente, sobre a natureza. Uma natureza da qual se exclui o ser humano, este sim, tido nos primórdios da Geografia como estando fora da natureza.

Em segundo lugar, porque, face à esta realidade, a Geografia irá compor seu raciocínio sobre os indicadores sociais, tomando-os de outras ciências que já possuem discussão acumulada sobre o assunto e que, além disso, chefiam mesmo a orientação metodológica sobre o assunto.

A Economia talvez seja a ciência que mais exerceu esta influência, que até hoje tem forte impacto sobre a produção científica dedicada ao tema. Não é à toa que as pesquisas sobre condições de vida serão, inicialmente, conhecidas como pesquisas de orçamentos domésticos. Esta contabilidade nacional, por assim dizer, nasce da forte identificação no pós-guerra, entre pesquisas sobre condições de vida e aquelas preocupadas com índices de preços. Tal tendência, por sua vez, conduz não só à uma quantificação dos fenômenos sociais, mas, antes disso, à uma quantificação pela via econômica das relações sociais.

Note-se bem que o que se defende aqui não é a inviabilidade de tais análises que se constroem a partir de dados estatísticos sobre a realidade econômica de um grupo de indivíduos ou de um país. A proposta é discutir a validade de fazer esta discussão sobre a tábula rasa do raciocínio de que estas análises são as bases das quais se deve, simplesmente, partir. Deste modo, fala-se em subdesenvolvimento mas crítica e apontamentos fazem-se em cima de um raciocínio que vê na matriz econômica a melhor maneira de se fazer isso.

Este posicionamento, por sinal, tem sofrido mais recentemente duras críticas, além da interferência de discussões que giram, de um lado, em torno do conceito de desenvolvimento sustentável (e, portanto, dos indicadores ambientais) e, de outro, da discussão em torno dos índices de desenvolvimento humano (IDH).

No Brasil, por exemplo, a discussão sofre modificação nos rumos da observação da questão dos indicadores sociais a partir da publicação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que se dá por iniciativa do Programa das Nações Unidas de Desenvolvimento, PNUD, em 1990, e que, em 1996, irá publicar o primeiro relatório do IDH no Brasil **<1>** .

O curioso deste processo é que a proposta de superação de um dilema criado no seio das Ciências Econômicas dê-se a partir de uma proposta advinda quase que exclusivamente desta ciência mesma, senão vejamos:

1) A preparação e adaptação da metodologia do PNUD para a construção do IDH brasileiro deu-se através de conversações deste com o Instituto de Pesquisas Econômicas (IPEA).

2) Inserido no grupo de pesquisadores do IPEA, que elabora esta metodologia, encontra-se um outro grupo de pesquisa, o de Economia da Pobreza**<2>**. Este grupo tem procurado dedicar-se a estudos sobre a desigualdade no Brasil e tem muitos de seus integrantes advindos do próprio IPEA e da Fundação Getúlio Vargas.

3) Por fim, o grupo de Economia da Pobreza tem assumida influência intelectual dos posicionamentos do economista, prêmio Nobel de 1999, Amartya Sen e do filósofo político, John Rawls. Estes últimos talvez sejam os intelectuais contemporâneos de maior influência, a nível mundial, na formulação de um discurso sobre a questão da qualidade de vida, do desenvolvimento humano, etc.

Assim, como se não bastasse ser refém de um horizonte já previamente

estabelecido, a Geografia (mas não só ela, é bom que se diga sempre) vê-se perplexa diante da tentativa de ampliar os conhecimentos sobre um mar onde constantemente recorre à uma bússola viciada no pólo econômico da questão.
Nenhuma novidade já que esta atmosfera coaduna-se com outros problemas similares como, por exemplo, a utilização do vocábulo população com um significado que o aproxima mais da estatística e menos da política <3>, mas que permanece resguardado de qualquer revista, fazendo por vezes que estudos geográficos fiquem mais parecidos com os biológicos.
O resultado, portanto, não pode ser outro: num tempo em que se fala cada vez mais de indicadores sociais, índices de desenvolvimento humano, nível de vida e qualidade de vida, a contribuição da Geografia tem sido extremamente esquálida face ao seu real potencial.
As respostas a esses reclames dão-se demasiadamente esparsas e tímidas, quando não completamente equivocadas. Há, por exemplo, a resposta de tomar a ferramenta pelo método onde a Gismania (ou Sigmania, como se queira) e a fragmentação do conhecimento dobram-se aos ditames do mercado (Santos, 2000).
Desta atmosfera, resultam análises que só conseguem reunir os indicadores sociais em sistemas que recorrem apenas marginalmente às categorias geográficas.
Por que nunca se inclui a paisagem como um indicador de qualidade de vida? Por que os mesmos indicadores teimam em ser usados para diferentes escalas geográficas e regionalizações sem, nem sequer, uma pequena ressalva? Por que o lugar nunca é cogitado na construção de índices-resumo da, tão em voga, qualidade de vida?
Tais ausências parecem ser indício evidente do quanto a Geografia se ressente de uma abordagem dos indicadores sociais a partir de uma crítica ao discurso que rege sua criação e utilização.
Do contrário, corre-se o risco de obter-se, no máximo, a mera proposição de novos índices, partindo da contemplação de novos indicadores. Não se corre, porém, o benéfico risco da construção de um discurso geográfico que desarme o discurso oficial em sua base e mostre-se instrumental revolucionário na prática cotidiana de luta da população. E é esta a função que este autor considera fundamental, se valer de alguma coisa a montanha de papel que já foi escrita sobre participação política como um dos componentes da qualidade de vida e, mais que isso, da cidadania.
A partir destas constatações é que se propõe um exame do surgimento do conceito de indicador social e, depois, de sua apropriação pela Geografia. Os questionamentos postos até aqui ajudam a orientar a revisão que se segue. Nela, a idéia básica é traçar um paralelo entre a exploração dos indicadores sociais e sua vinculação à cada momento histórico. Este exame, acredita-se, pode orientar as contribuições que a Geografia pode ter a dar sobre o tema.

Os Primórdios das Pesquisas de Indicadores Sociais: As Pesquisas sobre Condições de Vida na Europa

Reunir pesquisas que se interessam por um tema como os estudos sobre condições de vida exige certa flexibilidade de argumentação, já que, embora não haja tanto acúmulo no estudo do tema, existe uma variedade muito grande de abordagens.
Oliveira (1979) propõe que esta tradição inicia-se em finais do século XVIII. Para reunir este primeiro (e numeroso) grupo de pesquisas sob uma mesma denominação, de trabalhos sobre condições de vida, a autora lança mão de algumas características recorrentes que criam certa identidade aos trabalhos. É uma argumentação frágil, reconhece-se, mas bastante útil aos propósitos deste artigo.
Assim, as pesquisas de condições de vida, além do período em que surgem, tem em comum a preocupação de tornar conhecida a situação da população

pobre das cidades européias da época. Este é o caso dos trabalhos de Davies<4> (1795), de Eden<5> (1797) e, mais tarde, de Rowntree<6> (1902) , todos interessados na população urbana inglesa mais pobre e suas condições de vida.

Além deste interesse comum, pode-se afirmar que outra característica marcante destes trabalhos era não só o recurso a dados quantitativos, como os orçamentos familiares, mas também dados qualitativos onde a observação e descrição ocupavam lugar de destaque nas aferições. Assim é que Ducpétiaux (1855)<7> , ao estudar a condição de vida dos trabalhadores belgas, incluía além de pormenorizadas descrições das despesas familiares, observações sobre os usos e costumes, bem como indicações gerais sobre prática alimentar, tipo de moradia, educação, hábitos de higiene e formas de lazer. Le Play (1855)<8> ia ainda mais longe chegando mesmo a incluir observações sobre a necessidade de o observador partilhar a vida de seus informantes e "levantar dados que iam desde suas práticas trabalho e consumo até sua história de vida familiar, suas crenças religiosas e morais, suas possibilidades de ascensão e degradação social" (Ibid.).

Destes trabalhos, sem dúvida, o mais famoso é o livro de Engels "A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra", publicado em 1845, que representa uma excelente síntese de tudo o que já foi afirmado até aqui sobre a identidade das pesquisas de condições de vida.

Há, por assim dizer, a apropriação pela economia política de um temário que só bem posteriormente seria tomado pelas outras Ciências Humanas. Neste ponto, é preciso que se leve em consideração que a natureza é objeto de estudo da Física através da concepção matemático-mecânica, advinda do modelo decartiano-newtoniano. Como ciência que detém a chave para o entendimento do mundo, a Física irá transportar esse modelo para as outras ciências, incluindo a Economia Política. A Economia, então, mediante este transporte, está agora apta a estudar o "homem-extensão-da-máquina" que com a industrialização converte-se em matriz de compreensão do mundo, o paradigma da repetição ou da regularidade (Moreira,1993).

A Segunda Fase: da década de 40 até o início dos anos 70 – os estudos das condições de bem-estar.

As pesquisas sobre condições de vida tornam-se um amplo leque sob o qual pode-se abrigar uma série de estudos interessados na situação das classes trabalhadoras. Esta denominação genérica é necessária, já que os indicadores sociais que auxiliam numa diferenciação entre uma e outra pesquisa ainda não existem enquanto conceito funcional mais acabado.

Hoje, este conceito insere-se até mesmo dentro do senso comum tal é a força do raciocínio que, com o auxílio da mídia, impôs-se no cotidiano. No período anteriormente abordado, porém, talvez fosse mais correto afirmar que as pesquisas sobre condições de vida utilizavam-se muito mais de informações que de indicadores. Este conceito só surge quando os indicadores começam a ser cogitados enquanto instrumentos de avaliação de políticas públicas e é este o significado que assumem, de ferramenta de administração estatal ou privada.

Tal conceituação tem seu marco inicial em 1929, quando o presidente Hoover institui uma comissão encarregada de estudar as tendências sociais nos EUA<9> . Em 1933, como resultado dos trabalhos desta comissão, é publicado o Recent Social Trends<10> . Há aqui claramente uma primeira inflexão no rumo dos estudos sobre condições de vida. Estabelece-se agora uma ligação direta entre estas pesquisas e o Welfare State do período pós-guerra.

Tem-se a generalização de uma demarcação teórica significativamente mais empobrecida que a anterior na medida em que avaliar condição de vida é traduzido como avaliar o Welfare State. Para Ruy Moreira (1993), o Estado de Bem-Estar representa a versão e a adaptação positivista à necessária mudança de discurso, ocasionada pelo novo paradigma advindo das

ciências biológicas. Sob este paradigma, homem e natureza agora separados em definitivo tornam-se recursos.

Não é por acaso, então, que a economia assume o timão da pesquisa dos indicadores sociais imbuída da perspectiva de encontrar instrumentos que relatem o estado de determinada sociedade quanto ao bem-estar de seus componentes. Na década de 50, este bem-estar (e, nas pesquisas, é exatamente esse o termo utilizado) é traduzido como passível de ser indicado através do Produto Interno Bruto e da renda per capita. Numa postura tão marcante que até hoje tem forte influência sobre as pesquisas de condições de vida, estas passarão a ser identificadas como pesquisas de orçamentos domésticos. A premissa agora é de que a mensuração da condição de vida só pode ser feita de maneira indireta, onde a renda ocupa especial lugar, uma vez que esta proporcionaria ampliação do leque de oportunidades individuais que conduziriam a coletividade a níveis cada vez mais altos de bem-estar.

A década de 40 até o início dos anos 60 são, por excelência, o tempo da primazia dos estudos de condições de bem-estar social ou de nível de vida, como também ficariam conhecidas. Caracterizam-se pela intensa utilização da quantificação (já que o que não é quantificável desta vez não é tido como científico) e de dados advindos de pesquisas orçamentárias.

Ou seja, necessita-se de um relato sobre a condição de determinada sociedade quanto ao processo de avanço da transformação do homem e do meio natural em força produtiva com vistas à acumulação de capital. Nada mais coerente, então, que basear este relato sobre uma metodologia extraída de uma ciência que privilegie e otimize esta ótica. Se o diagnóstico é colocado em termos de produção e acumulação, então o remédio para os problemas revelados só pode estar contido nos meandros do prisma que chefia esta posição. Afinal de contas, natureza e homem já o são, e há um bom tempo, recursos.

Nem mesmo a teoria marxista que neste momento é contraponto evidente, irá fornecer subsídios para uma crítica substancial ao cerne do modelo. Homem e natureza permanecem separados, o que legitima a submissão desta última. De outra parte, tanto homem como natureza são vistos como forças produtivas, esvaziando-se assim a possibilidade de crítica ao próprio processo produtivo e, por conseguinte, à degradação de ambos. Isto é facilmente evidenciável em vista de que, apesar de possuir uma retórica diametralmente oposta a dos países capitalistas, o socialismo real durante a Guerra Fria baseia suas críticas exatamente sobre indicadores de bem-estar social.

Em meados da década de 60, a discussão sobre qualidade de vida já corre em paralelo à discussão sobre indicadores sociais. É reflexo direto da pressão que o movimento ambientalista, de grupos raciais, etc. começam a fazer sobre as ações do Estado americano. Tanto é assim que, em 1966, a ONU, através do Instituto para o Desenvolvimento Social (UNIRSD), publica The Levels of Living Index Research<11> . Nele, é proposta pioneiramente uma lista de nove conjuntos de indicadores sociais que refletem esta latência já em seu título mesmo, são eles: nutrição; condições de moradia; saúde; educação; lazer; segurança; estabilidade social (o estado das relações entre o indivíduo e si próprio e entre o indivíduo e outros membros da sociedade); ambiente físico; e renda adicional. Sobre este trabalho dois apontamentos:

O primeiro é que aparece o termo nível de vida entendido aqui como as circunstâncias factuais de bem-estar, o grau de satisfação das necessidades e requerimentos de uma comunidade verificado no instante da pesquisa (Coates, Johnston e Knox,1979). Circunstâncias estas que, no caso do nível de vida, são relatadas preferencialmente de forma estatística, já que a disciplina Estatística Social vem tomando grande impulso neste período, motivada justamente por este novo cenário que conjuga os reclames do Welfare State com a constatação da deficiência das análises empreendidas

sob o viés exclusivamente econômico (ou economic well-being). Nível de vida personifica, portanto, a tradução sistematizada e aperfeiçoada do nível de bem-estar social .

O segundo aspecto a ser destacado na proposta do UNIRSD é que o meio-ambiente passa a ser considerado, mesmo que de forma bastante tímida, como um dos conjuntos de indicadores. No caso, o ambiente físico (physical environment) é contemplado por indicadores de acesso a amenidades como áreas verdes e parques por exemplo.

Esta postura reflete um novo momento nas pesquisas sobre indicadores ambientais. Em 1969, é publicado um estudo que pioneiramente leva a qualidade de vida em seu título, Quality of Life in USA**<12>** . Em 1970, é publicado The Quality of Life in Metropolitan Washington, DC **<13>.**

Mas é em 1973 que os estudos que se utilizam de indicadores sociais sofrem outra inflexão significativa em seu rumo. Neste ano, é publicado, por iniciativa do Escritório de Administração e Orçamento dos EUA, o relatório Social Indicators, estudo que deveria funcionar como o primeiro sistema de indicadores de nível nacional. Neste mesmo ano é publicado por iniciativa da Agência de Proteção ao Meio Ambiente dos EUA, The Quality of Life Concept: a Potencial New Tool for Decision Makers que argumenta de a necessidade dos indicadores ambientais transformarem-se em instrumentos de decisão para administradores públicos (Guimarães, 1981).

Esta é uma iniciativa importante tendo em vista que se inaugura com ela um período em que se incluem os indicadores ambientais como aspectos a serem observados na administração pública. De outra parte, esta importância deve-se também ao fato de que indicadores sociais tornaram-se definitivamente uma questão de Estado com status quase tão grande quanto os indicadores econômicos, como a produção industrial ou o consumo de petróleo. Por fim, é preciso que se assinale que indicadores de qualidade de vida nascem em separado dos indicadores de bem-estar ou de nível de vida e este nascedouro como gêmeos, mas não num mesmo parto, tem forte efeito sobre o pensamento de órgãos decisores e pesquisadores. Uma das conseqüências mais comuns é justamente o surgimento de uma nova espécie de estudos, os relatórios de qualidade ambiental que se fazem em separado dos estudos sobre a sociedade **<14>**.

Um Período de Transição nas Propostas para Sistemas de Indicadores Sociais – de 1970 até o Início dos Anos 90

A inclusão do meio ambiente e da qualidade de vida na agenda de discussões do governo americano representa o reflexo de um movimento bem mais amplo dentro da própria sociedade. Alguns aspectos deste movimento que vinha se processando podem ser captados pela descoberta da natureza travestida agora da temática ambiental dentro do meio acadêmico dos EUA.

Ainda que de forma discutível, é certo que no período que vai de meados dos anos setenta até o final dos anos 80 a sociologia reorienta seu pensamento sobre o homem e o ambiente natural em função das contribuições da sociologia ambiental norte-americana.

Para Frederick H. Buttel (2000), que analisa este impacto, embora possa se argumentar que esta corrente de pensamento teve pouca influência nos estudos e práticas sobre a qualidade de vida, é certo, porém, que ela ao menos serve para anunciar um redirecionamento no pensamento sobre o homem e a natureza. Ainda segundo o mesmo autor, esta reorientação deve ser avaliada frente às certezas que a Sociologia até o início dos anos setenta havia conservado intactas. Uma destas certezas advindas da teoria clássica do século XIX é a de que estruturas sociais e relacionamentos eram “fatos sociais” que requeriam, portanto, explicações sociais. De outra parte, colaborava ainda à manutenção desta atmosfera a desimportância com que os problemas ambientais eram observados:

Antes dos anos 80, os fenômenos ambientais(...) de todos os tipos – inclusive o desenho urbano, o "meio urbano construído e a paisagem – eram considerados relativamente desinteressantes, triviais ou transitórios pelo stablishment sociológico na maioria dos países avançados". (Buttel, 2000,p. 31)

Catton e Dunlap (1978) **<15>**, citados pelo mesmo autor, chegam mesmo a argumentar da necessidade de um novo paradigma ecológico, visto que a corrente sociológica dominante, a despeito de sua aparente diversidade, baseava-se na premissa dominante compartilhada, segundo a qual o meio ambiente biofísico "era um fator desinteressante ou trivial no formato dos comportamentos e instituições humanos".

Se, de parte da Sociologia, a descoberta da qualidade de vida dá-se via discussão da já grave questão ambiental, na Geografia, esta descoberta dá-se justamente em função da apropriação do temário relativo à desigualdade social.

O mal maior que é a separação homem e natureza já havia se arraigado e a questão da influência do meio ambiente sobre o ser humano, que ocupara a Geografia em sua fase tradicional, se convertia agora em sua prisão. A perspectiva de se estudar o fenômeno do subdesenvolvimento será visto, então, como a saída deste impasse. Assim, os estudos estritamente relacionados com a questão dos indicadores sociais serão filhos diretos dos estudos levados a efeito nas décadas de 50/60 pela Geografia da População, nascente neste período (Pierre George (1959), Josué de Castro (1946), Yves Lacoste (1971)).

Estes trabalhos não são, porém, os únicos que, de parte da Geografia, descobrem o tema população. Não se deve esquecer de que este é o período de renovação conservadora da Geografia dentro dos EUA. Irão também surgir os trabalhos que sistematizam a Geografia da População sob este viés. São os trabalhos, por exemplo, de Zellinski (1966), Clarke (1965) **<16>**, Trewartha (1969). Assim, a abordagem geográfica dos indicadores sociais será feita no país que chefia a renovação conservadora da Geografia, traduzindo o fenômeno do subdesenvolvimento em estudos que abordam a desigualdade espacial (spatial inequalitys).

Neste empreendimento, encaixam-se os trabalhos sobre Geografia da Pobreza de Morril e Whollemberg (1971) **<17>**, de Geography of Health Care de Shannon e Dever (1972) **<18>** e, finalmente, da Geografia do Bem-Estar Social de Smith (1973) **<19>.** Este último, já representa uma proposta bastante acabada, trazendo uma discussão sobre indicadores sociais territoriais. Nesta proposta, chega-se mesmo a um sistema de indicadores agrupados em 7 conjuntos que retratariam o bem-estar social: renda; meio ambiente; saúde; educação; ordem (ou desorganização) social; participação ou alienação; recreação e lazer. Em 1977, Coates, Johnston e Knox publicam Geography and Inequality, que representa talvez a obra mais representativa deste período. Nela, os autores citam, comentam e fazem uso de sistemas de indicadores sociais, mas a marca indelével da Geografia Teorética permanece incólume, qual seja a apresentação dos indicadores sociais como coisa sem história pregressa, sem porquê, reduz-se a abordagem geográfica à mera "cartografia" dos indicadores sociais.

A exceção mais importante à tendência anteriormente descrita é sem dúvida o trabalho de David Harvey (1973), que comenta a questão da justiça social em John Rawls (1971), um autor que teria grande influência na atualidade sobre os que pensam qualidade de vida. Neste estudo, Harvey comenta a questão da justiça social e critica a maneira que Rawls vê a justiça social como questão exclusiva da distribuição e não da produção também. Esta crítica é extremamente importante e aguarda, na opinião deste autor, uma cuidadosa revisão tendo em vista que Rawls é autor extremamente recorrente em trabalhos recentes.

O Novo Período das Avaliações de Indicadores Sociais

O final dos anos 80 demonstra claramente que a atmosfera de questionamento no meio científico do modelo de desenvolvimento vigente é fruto da própria necessidade que o capitalismo tem de reinventar seu processo de acumulação, agora prejudicado pelo perigo de esgotamento dos recursos naturais. De outra parte, este autor defende que não é este apenas o motivo, tendo-se que levar em consideração que homem e natureza precisam ser reavaliados em sua capacidade de gerar mais-valia.

É essa atmosfera, por exemplo, que irá gerar o relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1987 **<20>**. É com base no relatório desta comissão, criada como organismo independente, em 1983, que se irá estabelecer o conceito de desenvolvimento sustentável coroado enfim na ECO-92.

Em 1988, dando continuidade à esta tendência, Martha Nausbaum e Amartya Sen organizam uma conferência promovida pelo Word Institute for Development Economics Research, em Helsinki, cuja compilação de textos tornou-se referência obrigatória aos estudos sobre indicadores sociais, agora plenamente estabelecidos sob a denominação de estudos sobre qualidade de vida (The Quality of Life, 1993).

Nesta obra, ao discorrer sobre este conceito, Amartya Sen (1993) define qualidade vida a partir de dois pontos, capacitação (capability) e funcionalidades (functionings). Para este autor:

"as funcionalidades representam partes do estado de uma pessoa: em particular, as coisas que logra fazer ou ser ao viver. A capacidade de uma pessoa reflete combinações alternativas das funcionalidades que esta pode lograr, entre as quais pode eleger uma coleção. O enfoque se baseia em uma visão da vida em tantas combinações de vários quereres e seres, sobre os quais a qualidade de vida deve ser avaliada em termos de capacidade para lograr funcionalidades valiosas" (Sen, 1993,p.56).

Para Selene Herculano (2000), desta forma, Sen enfatiza a análise política e social das privações na medida em que deixa de resumir qualidade de vida a um mero conjunto de bens, confortos e serviços, mas antes frisa este termo como "um conjunto de oportunidades efetivas das quais as pessoas dispõem para ser" (op. cit., p.225).

Para esta autora, finalmente, a qualidade de vida é definida como:

"a soma das condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas coletivamente construídas e postas à disposição dos indivíduos para que estes possam realizar suas potencialidades: inclui a acessibilidade à produção e ao consumo, aos meios de produzir cultura, ciência e arte, bem como pressupõe a existência de mecanismos de comunicação, de informação, de participação e de influência nos destinos coletivos, através da gestão territorial que assegure água e ar limpos, higidez ambiental, equipamentos coletivos urbanos, bem como da preservação de ecossistemas naturais", (Herculano, 2000, p. 237).

À guisa de conclusão

O que se depreende finalmente deste apanhado sobre indicadores sociais e qualidade de vida é que, assim como em outros momentos, estas são excelentes vias de análise de seu tempo, tendo em vista seu intento de reconstruir o homem segundo a ideologia vigente. Neste sentido, deve-se ter em conta que a mudança operada nesta reconstrução reflete a nova fase do processo de mundialização do capital.

Mundialização que só pode ser levada a efeito mediante todo um processo de pavimentação em todos os âmbitos da vida humana que porventura possam significar resistência.

Em primeiro lugar, é preciso, como sempre foi, uniformizar padrões, procedimentos e preferências. Aqui fica claro todo o arsenal que o capitalismo tradicionalmente põe em campo para que se cumpra esta tarefa.

A novidade, neste processo, é que agora se pode cogitar e efetivar a adoção de padrões mundiais de procedimentos em diversos campos. Desde os mais

tradicionais, como o de produção industrial, com as normas estabelecidas pela International Standardization Organization (ISO 9000 e ISO 14000) **<21>**, até a educação que deverá continuamente ser avaliada segundo padrões de qualidade que tendem a ser adotados para além das fronteiras nacionais. Por fim, este processo de pavimentação chega mesmo à administração pública, como é o caso da Lei de Responsabilidade Fiscal, que nada mais é que a padronização das ações do Estado segundo uma lógica privada (a de que o Estado tem de ser observado como empresa).

Está-se vivendo um tempo diferente porém, como argumenta Harvey (1993), a compressão espaço-tempo força o tempo, agora, a se dobrar ao espaço, o que fustiga à revisão dos posicionamentos do processo de pavimentação sobre a questão da realidade regional e local. O homem requerido agora pelo processo de acumulação deve ser observado também pelo paradigma da diversidade que, nesse prisma, significa a oportunidade de ampliar as oportunidades de lucro. Por outra parte, negligência meramente cega aos reclames dos setores organizados da população não parece ser a melhor tática, sendo sempre necessário acompanhar tais movimentos de perto.

Assim, a qualidade de vida deve ser vista também como um discurso renovado sobre a questão dos indicadores sociais. Um discurso que, como os demais exemplos, representa uma conquista dos movimentos populares, mas também como uma resposta do próprio capital aos requerimentos por uma nova modalidade de pavimentação. Não mais os índices tayloristas-fordistas de preços ao consumidor, de renda per capita, ou de acesso a bens como o automóvel. Agora o paradigma da biodiversidade requer que se saiba sobre o que pensa, sente e deseja o homem deste tempo. Sobretudo precisa dizer a ele o que deve pensar, sentir e desejar, que homem este deve pretender se tornar.

Bibliografia

BUTTEL, Frederick H. Sociologia Ambiental, qualidade ambiental e qualidade de vida; algumas observações teóricas. In: HERCULANO, Selene; PORTO, Marcelo Filipo de S. & FREITAS, Carlos Machado de. Qualidade de vida e riscos ambientais. Niterói: EDUFF, 2000.

CARDOSO, Miguel Pedro. Mudança ideológica para a qualidade. Niterói: EDUFF, 2000.

CASTRO, Josué de. Geografia da Fome. São Paulo: Editora Brasiliense, 1946.

COATES, B. E.; JOHNSTON, R. J. & KNOX, P. L. Geography and inequality, USA, Pergamon press, 1977.

GEORGE, Pierre. Geografia da População. São Paulo: Difusão Européia do Livro,1971.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto no livro. Os (Des)caminhos do Meio Ambiente. São Paulo: Editora Contexto, 1989.

GUIMARÃES, Roberto Pereira. Ecopolítica em áreas urbanas: a dimensão política dos indicadores de qualidade ambiental. In :SOUZA, Amaury(org.). Qualidade de vida urbana. Rio de Janeiro: Zahar Editores,1981.

HARVEY, David. A justiça social e a cidade. São Paulo: Editora Hucitec, 1973.

HERCULANO, Selene: A qualidade de vida e seus indicadores. In: HERCULANO, Selene; PORTO, Marcelo Filipo de S. & FREITAS, Carlos Machado de. Qualidade de vida e riscos ambientais. Niterói: Editora EDUFF, 2000.

LACOSTE, Yves. Geografia do Subdesenvolvimento. São Paulo: Editora DIFEL, 1971.

NUSSBAUM, Marta e SEN, Amartya. La Calidad de Vida. Madri: Editora Fundo de Cooperação Econômica, 1993.

OLIVEIRA, Jane Mara Pereira de. Condições de vida da população de baixa renda nas áreas metropolitanas do Rio de Janeiro e Porto Alegre. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, n.41, v.4, 1979.

RAWLS, John. A teoria da justiça. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1971.

SANTOS, Milton. O papel ativo da geografia , um manifesto. Florianópolis, jul/2000.

SEN, Amartya. Capacidad y biem-estar. In: NAUSBAUM, Marta e SEN, Amartya. La calidad de la vida. Madri: Editora Fundo de Cultura Econômica, 1993.

TREWARTHA, J. Geografia da População. São Paulo: Editora Zahar,1969.

KUZ, Tony J. Quality of life, objective and subjective variable analysis. Regional Studies, v. 12 ,1978, p.409-417.

ZELLINSKI, Wilbur. Introdução à Geografia da População. São Paulo: Editora Zahar, 1966.

Notas

1- PNUD e IPEA- Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil. Rio de Janeiro, 1996. Ver também PNUD e IPEA- Desenvolvimento e condições de vida: indicadores brasileiros. Rio de Janeiro, 1998.

2- Sobre o grupo de Economia da Pobreza ver o artigo: Uma escola de economistas propõe soluções para acabar com a miséria- Revista República, Editora D'Ávila, São Paulo, julho de 2001, ano 05, n.º 57, p. 32-35.

3- Sobre este conceito ver na p. 77 o comentário de Carlos Walter Porto Gonçalves no livro Os (Des)caminhos do Meio Ambiente, Editora Contexto, 1989.

4- Davies, D.- The case of labourers in Husbandry. Londres, 1795. Citado por Oliveira, 1979.

5- Eden, F. M. – The State of the poor or a history of labouring classes in England. Londres, 1797.Ibid.

6- Rowntree, B.S. – Poverty a study of towlife, Londres,1902. Ibid.

7- Ducpectiaux, E. – Budgets economiques des classes Ouvrieves en Belgique: subsistainces, salaires, population, Bruxelas, 1855. Ibid.

8- Le Play, F. – Les ouvriers europiens, Paris, 1855. Ibid.

9- Citado por: Guimarães, Roberto Pereira – Ecopolítica em áreas urbanas; a dimensão política dos indicadores de qualidade ambiental. In :Souza, Amaury(org.) - Qualidade de Vida urbana. Zahar ed., Rio de Janeiro,1981.

10- É preciso chamar a atenção ao fato de que a palavra "trends" não se coloca aqui por acaso. A idéia é, realmente, o estabelecimento e a mensuração de tendências, o processamento de previsões, a comparação das regularidades.

11- Ibid.

12- Wilson, J. O. – Quality of life in the USA: an excursion into the new frontier of socio-economic indicators, Midwest Research Institute, Kansas City, 1969, citado por Kuz, Tony J.- Quality of life, objective and subjective variable analysis. Regional Studies, v. 12 ,1978, p.409-417.

13- Jones, D. M.. & , Flax, M. J. – The quality of life in metropolitan Washington, D.C.:

some statistical benchmarks. Urban Isntitute,1970. (Ibid.)
14- Sobre propostas de estudos da qualidade ambiental e como esta avaliação pode se dar em separado da sociedade ver, por exemplo, a proposta de Hammond, (1995) que é comentada na página 232 e 233 em Herculano, Selene – A qualidade de vida e seus indicadores. In: Herculano, Selene; Porto, Marcelo Filipo de S. & Freitas, Carlos Machado de – Qualidade de vida e riscos ambientais. Editora EDUFF, Niterói, 2000.
15- Catton, W. R. e Dunlap, R. E. – Environmental sociology: a new paradigm. 1978, ibid.
16- Clarke, J. - Population Geography, 1965, citado em Trewartha, J. – Geografia da População, 1969.
17- Citado por : Coates, B. E.; Johnston, R. J. & Knox, P. L. – Geography and inequality, USA, Pergamon press, 1977.
18- Ibid.
19- Ibid.
20- Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Nosso futuro comum. Rio de Janeiro Fundação Getúlio Vargas, 1987.
21- Sobre a adoção dos padrões de qualidade como o ISO 9000 e mais recentemente sua "versão ecologicamente correta" o ISO 14000 ver o livro de Miguel Pedro Cardoso, Mudança ideológica para a qualidade, Niterói, Ed. EDUFF, 2000. Neste livro o autor analisa os programas de qualidade total no Japão, EUA e Brasil como uma ideologia que é passível de sofrer, em sua penetração, facilidades e resistências.